



ACÓRDÃO Nº496/ 2017 – TCE – TRIBUNAL PLENO

- 1- **Processo TCE - AM nº 11465/2016.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual
- 3- **Advogado:** não possui.
- 4- **Orgão:** Procuradoria Geral do Estado do Amazonas - PGE
- 5- **Exercício:** 2015
- 6- **Responsável:** Carlos Alexandre Moreira de Carvalho M. de Matos (Ordenador de Despesa), Clóvis Smith Frota Júnior (Gestor), Fabio Pereira Garcia dos Santos (Ordenador de Despesa) e Leopoldo Peres
- 7- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 1445/2017-DMP, Dr. João Barroso de Souza, Procurador de Contas.
- 8- **Relator:** Auditor Alípio Reis Firmo Filho.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Administração Direta Estadual. Procuradoria Geral do Estado do Amazonas - PGE. Exercício de 2015.

Regularidade com ressalvas. Regularidade. Determinação. Ciência. Arquivamento.

9- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea “a”, item 3, da Resolução n. 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto-vista do Excelentíssimo Senhor Conselheiro Josué Cláudio de Souza Filho, em parcial consonância com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

- 9.1. **Julgar regular com ressalvas** a Prestação de Contas do Sr. Clóvis Smith Frota Júnior, Procurador-Geral do Estado, à época, na qualidade de Gestor da Procuradoria Geral do Estado do Amazonas (PGE), exercício de 2015, nos termos do art. 22, inciso II, da Lei nº 2.423/1996 c/c art. 188, § 1º inciso II, da Resolução nº 04/2002.
- 9.2. **Julgar regular com ressalvas** a Prestação de Contas do Sr. Carlos Alexandre Moreira de Carvalho M. de Matos, Subprocurador-Geral do Estado do Amazonas, na qualidade de ordenador de despesas, no período de 20/03/2015 a 31/12/2015, nos termos do art. 22, inciso II, da Lei nº 2.423/1996 c/c art. 188, § 1º inciso II, da Resolução nº 04/2002
- 9.3. **Julgar regular** a Prestação de Contas do Sr. Fabio Pereira Garcia dos Santos, ex-Subprocurador-Geral do Estado do Amazonas, na qualidade de ordenador de despesas, no período de 1º/01/2015 a 19/03/2015, nos



Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS

ACÓRDÃO Nº496/ 2017 – TCE – TRIBUNAL PLENO

termos do art. 22, inciso I, da Lei nº 2.423/1996 c/c art. 188, § 1º inciso I, da Resolução nº 04/2002

9.4. Determinar ao Procuradoria Geral do Estado do Amazonas - Pge, que:

- Advirta o gestor atual sobre a necessidade de haver um controle interno e a possibilidade de responder solidariamente com a CGE em caso de reincidência na ausência, nos termos do artigo 45 da Constituição Estadual c/c o art. 43 da Lei estadual nº 2423/96;
- formule pesquisa de preços no mercado, comprovando que a prorrogação da contratação propiciou melhor preço e vantagem para a administração, em cumprimento ao art. 43, IV, e art. 57, inciso II, da Lei federal nº 8.666/93;
- providencie com fulcro no parágrafo único do art. 38 da Lei n. 8.666/1993, a emissão prévia de parecer jurídico sobre a minuta de editais de licitação, contratos e respectivos termos aditivos;
- adote as medidas necessárias para avaliar a situação de acúmulo de cargos públicos identificada pela Comissão, conforme análise da restrição disposta no item 9.1.11 do Relatório da DICAD, fls. 406/408.

9.5. Dar ciência deste Decisório ao Sr. Clóvis Smith Frota Júnior e aos demais interessados;

9.6. Arquivar o presente processo, nos termos regimentais, após a adoção das medidas supra.

O Colegiado acolheu, a unanimidade, o voto-vista do Conselheiro Josué Cláudio de Souza Filho, que rejeitou, em parte, a proposta de voto do Auditor-Relator.

10- Ata: 15ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

11- Data da Sessão: 16 de Maio de 2017

12- Especificação do quorum: Conselheiros: Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos (Presidente, em substituição), Julio Cabral, Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Érico Xavier Desterro e Silva e Josué Cláudio de Souza Filho.

13- Representante do Ministério Público: Dr. Carlos Alberto Souza de Almeida, Procurador-Geral.

YARA AMAZÔNIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS
Conselheira-Presidente, em substituição

JOSUÉ CLÁUDIO DE SOUZA FILHO
Conselheiro Redator

Publicado no Diário Eletrônico
do TCE/AM,

Edição Nº _____

De ____/____/____



Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS

TRIBUNAL DE CONTAS
DIV. DE ACÓRDÃOS

Proc. Nº _____

Fls. Nº _____

Pág. 3

ACÓRDÃO Nº496/ 2017 – TCE – TRIBUNAL PLENO

CARLOS ALBERTO SOUZA DE ALMEIDA
Procurador-Geral